

Ao  
IFBA

Pinhais, 04 de Outubro de 2023

## PROPOSTA JML | IN COMPANY



**Experiência educacional**  
**que transforma**  
*pessoas\_*





**GRUPO JML:**

# o Futuro começa aqui!



**90.000+**

pessoas  
capacitadas



**700+**

projetos in company  
realizados



**Rigor técnico,  
científico e  
pedagógico.**

**CONHEÇA O GRUPO JML - NOSSO PORTFOLIO**

**CONHEÇA O GRUPO JML - VÍDEO INSTITUCIONAL**

CONHEÇA ALGUNS DOS NOSSOS

# Cientes



Acesse o portal do Grupo JML e conheça nosso portfólio:

[www.jmlgrupo.com.br](http://www.jmlgrupo.com.br)



## **CURSO IN COMPANY ONLINE AO VIVO**

### **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**

Contemplando metodologias e normas técnicas, legislação e jurisprudência atualizadas para contratações públicas.

***100% customizado para o IFBA***

#### **APRESENTAÇÃO E OBJETIVO**

A Lei 14.133/2021 trouxe diversas inovações para o universo das contratações públicas, inclusive para as obras e serviços de engenharia: novidades relacionadas a regimes de execução contratual, artefatos e etapas de planejamento, modalidades de licitação – como o diálogo competitivo, critérios para julgamento, limites para os valores praticados, regras para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, prazos de vigência, regras sancionatórias, entre outros.

Nesse sentido, é necessário que os gestores se atualizem para conduzir os processos de contratações à luz do novo normativo. Ainda há muito a se aprender sobre a nova lei – a sua efetiva implementação requer dedicação à sua leitura atenta, interpretação sistemática e intensa troca de informações.

Nesse sentido, a presente capacitação pretende ser um importante passo para os gestores no sentido de se apropriarem do conteúdo da nova lei, aplicável às obras e serviços de engenharia.

Ao final do curso, espera-se que os participantes estejam aptos a conduzir processos de obras e serviços de engenharia, aplicando a Lei 14.133/2021 e seus institutos de maneira crítica, reconhecendo os pontos mais polêmicos e de maiores riscos, e pautados pelas melhores informações disponíveis no momento

#### **METODOLOGIA**

O curso intercala parte expositiva dos principais conceitos, normas e entendimentos jurisprudenciais relacionados à matéria com estudos de caso e exercícios práticos.

#### **PÚBLICO-ALVO**

O curso é indicado para os gestores das diversas etapas da contratação pública, desde os responsáveis pelos estudos preliminares, passando pelos elaboradores do termo de referência e projeto básico, pelos agentes de contratação, pela assessoria jurídica, pelos gestores e fiscais de contrato e controle interno. É indicado também para as autoridades dos setores licitante e requisitante, para empresas interessadas em contratar com o poder público



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. Aspectos fundamentais sobre a obra pública e os serviços de engenharia:

- 1.1. As diferenças entre os conceitos de obra, serviços de engenharia, reformas e manutenções e respectivos impactos na forma de contratação;
- 1.2. Novidades conceituais da NLLC e o impacto na contratação de serviços de engenharia;
- 1.3. Regimes de Execução de obras e serviços de engenharia;
- 1.4. A natureza e o nível de precisão dos orçamentos no Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo;
- 1.5. A natureza e o nível de precisão dos orçamentos a depender do regime de execução contratual escolhido;

### 2. O que devemos conhecer antes dos Estudos Preliminares?

- 2.1. Planejamento das Contratações como mecanismo de governança;
- 2.2. A função das contratações públicas dentro da instituição;
- 2.3. O papel constitucional e legal das contratações públicas;
- 2.4. Plano de Contratações Anual – Decreto 10947/2022: diretrizes básicas para a sua elaboração – Sistema PGC;
- 2.5. O Documento de Formalização de Demandas (DFD) – base de governança das contratações públicas – quem deve elaborar, informações mínimas necessárias com base no Decreto 10947/2022;

### 3. As diversas categorias de serviços e fornecimentos:

- 3.1. Serviços continuados e não continuados;
- 3.2. Serviços por escopo e por prazo;
- 3.3. Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
- 3.4. Serviços de engenharia e obras;
- 3.5. Diferenças entre fornecimento e serviço;
- 3.6. Possibilidade de continuidade em contratos de fornecimento;
- 3.7. Aspectos orçamentários relacionados ao fato de um serviço ser contínuo ou não;

### 4. Estudos Técnicos Preliminares x Estudo de Viabilidade x Anteprojeto;

### 5. O uso da matriz de riscos: quando usar, como construir, matrizes obrigatórias – matriz contratual x matriz de gestão de riscos;

### 6. Projeto básico e Termo de Referência: diferenças fundamentais, quando usar cada um deles, conteúdo mínimo, possibilidade de alteração durante a fase contratual;

### 7. Licenciamento Ambiental:

- 7.1. Tipos de licenças: prévia, instalação e operação;
- 7.2. Para qual órgão deve ser pedida a licença ambiental?
- 7.3. A licença prévia deve ser obtida antes da elaboração do projeto básico?
- 7.4. A responsabilidade pela licença ambiental pode ser atribuída à contratada?

7.5. Em que momento deve ser obtida a licença de instalação;

**8. Principais problemas na elaboração dos projetos e potenciais mitigações de riscos:**

8.1. Contratação do projeto: Critério de julgamento a utilizar: Técnica e preço ou menor preço?

8.2. Como estimar os custos do projeto.

**9. Necessidade de profissional técnico – Engenheiro, Arquiteto ou técnico em edificações: para projeto, execução, supervisão e fiscalização – regras aplicáveis;**

9.1. A anotação de responsabilidade técnica – quando exigir;

**10.A contratação integrada:**

10.1. Elementos técnicos instrutores da fase de planejamento: anteprojeto;

10.2. Conteúdo mínimo do anteprojeto;

10.3. Critérios para medição e pagamento;

10.4. Divisão de riscos entre contratante e contratada;

10.5. Hipóteses restritas de alteração contratual;

**11.A contratação semi-integrada:**

11.1. Casos indicados;

11.2. Critérios para medição e pagamento;

11.3. Divisão de riscos entre contratante e contratada;

11.4. Hipóteses de alteração do projeto básico;

11.5. Possibilidades e limites para aditivos contratuais;

**12.A delimitação de fases ou etapas para pagamento nas empreitadas por preço global, integral, semi-integrada e integrada:**

12.1. É possível haver dois regimes de execução contratual no mesmo contrato?

12.2. É possível haver medições e pagamentos por quantitativos efetivamente executados e respectivos preços unitários?

12.3. Como devem ser estabelecidas as etapas para fins e medição e pagamento?

12.4. É possível realizar medições de etapas parcialmente concluídas?

12.5. Como proceder ao ajuste no cronograma de pagamentos no caso de celebração de aditivos alterando os quantitativos de serviços?

12.6. É permitido que a empresa contratada estabeleça em sua proposta valores por etapa superiores aos previstos no cronograma de desembolsos da Administração?

**13.Exigências de qualificação e de habilitação:**

13.1. Novidades na Lei 14.133/2021 – a emissão de Certidão de Acervo Técnico em nome das empresas (Resolução Confea 1137/2023);

13.2. Limites quantitativos na qualificação operacional;

13.3. Momento da exigência;



- 13.4. Possibilidade de juntada posterior de documentos;
- 13.5. Exigências diferidas para o momento da assinatura do contrato;

#### **14. Contratação de consórcios, cooperativas e subcontratação: hipóteses de cabimento e condições;**

#### **15. Novidades da nova Lei de Licitações e Contratos:**

- 15.1. A inversão de fases;
- 15.2. Os novos critérios para a seleção da melhor proposta;
- 15.3. O orçamento sigiloso;
- 15.4. Lances abertos, fechados, combinados e o uso do pregão;
- 15.5. Lances intermediários;
- 15.6. Diálogo competitivo para a licitação de obras e serviços de engenharia;
- 15.7. O seguro garantia com cláusula de retomada;
- 15.8. O uso do sistema de registro de preços para contratação de obras. Pontos a serem observados: padronização do objeto; adjudicação por lote ou por item; preços que sofrem variações sazonais ou por localidade: É possível utilizar o SRP quando se está prevendo uma única contratação? Ou em objetos que não possam ser parcelados ou dissociados uns dos outros? SRP x contrato guarda-chuva.

#### **16. Regras relacionadas à estimativa de custos para obras e serviços de engenharia:**

- 16.1. Nível de detalhamento do orçamento x regime de execução contratual adotado;
- 16.2. Nível de detalhamento do orçamento x tipo de projeto;
- 16.3. Fontes de preço e metodologias para a obtenção de valores de materiais e insumos;
- 16.4. Limites aplicáveis aos preços unitários e global nos diferentes regimes de execução contratual, sistemas de referência a serem utilizados;
- 16.5. Possibilidade de elaborar orçamento sintético com base em anteprojeto;
- 16.6. **Custos diretos x indiretos de acordo com as normas técnicas, literatura especializada em engenharia de custos e os entendimentos dos órgãos de controle;**
- 16.7. **Administração local, canteiro de obra e mobilização/desmobilização;**
  - 16.7.1.1. Como devem ser orçados;
  - 16.7.1.2. Como realizar a medição e pagamento;
  - 16.7.1.3. O que fazer se houver atraso de cronograma;
- 16.8. **BDI – Bonificação e Despesas Indiretas;**
  - 16.8.1. Rubricas a serem contempladas no BDI;
  - 16.8.2. Rubricas vedadas no BDI;
  - 16.8.3. Regimes tributários e tipos societários para a definição da parcela de tributos no BDI;

16.8.4. Valores referenciais contemplados no Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário;

16.8.5. O uso de BDI diferenciado para a aquisição de materiais e equipamentos;

### **17. Regras para análise e classificação das propostas durante a licitação – novidades na Lei 14133/2021;**

### **18. Fiscalização e Gestão do Contrato:**

18.1. Formalização do contrato, prazos, apresentação da garantia, início da vigência;

18.2. Os prazos de vigência e execução na Lei 14.133/2021;

18.3. Condições para a eficácia do contrato;

18.4. Contratos de escopo x serviços continuados – diferenças;

18.5. Requisitos a serem observados na indicação segundo o Decreto 11.246/2022;

18.6. A segregação de funções – medidas de aprimoramento da governança;

18.7. Os setores auxiliares para a instrução de processos de sanção, alteração, reequilíbrio, repactuação e reajuste;

### **19. A Fiscalização Administrativa:**

19.1. Diferenças do fiscal administrativo do Decreto 11.246/2022 em relação ao da IN 5/2017;

19.2. Fiscalização administrativa em obras e serviços de engenharia? Em contratos temporários? Em contratos não contínuos?

19.3. A responsabilidade e o limite de atuação do fiscal administrativo;

19.4. Documentos a serem exigidos no início do contrato, periodicamente, e em momentos específicos (como nas rescisões, por exemplo);

### **20. Diário de Obras: responsabilidade pela elaboração e verificação;**

### **21. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR): Ferramenta para a contratação por desempenho**

21.1. Como elaborar o IMR no planejamento da contratação;

21.2. Como aplicar o IMR na fiscalização.

### **22. Medições e Pagamentos**

22.1. Fluxo processual e responsabilidades para a realização dos pagamentos;

22.2. Procedimentos legais para a liquidação da despesa: responsável pelo ateste;

22.3. A possibilidade de antecipação de pagamento;

22.4. A responsabilidade por superfaturamento na visão do TCU;

22.5. Provisões para a conta vinculada e/ou pagamento pelo fato-gerador;

22.6. Retenções de pagamentos e glosas;

22.7. Ordem cronológica de pagamentos segundo a IN Seges/ME 77/2022.

### **23. Recebimento**



- 23.1. Recebimentos provisório e definitivo: quando e como realizar de acordo com a Lei 14.133/2021.

#### **24. Alterações**

- 24.1. As possibilidades de alteração contratual previstas na Lei 14.133/2021;
- 24.2. Limites quantitativos e qualitativos: como calcular – exemplos práticos;
- 24.3. Os cuidados com os aditivos para manutenção da isonomia;
- 24.4. Limites aplicáveis aos contratos de serviços continuados: valor anual ou quinquenal?

#### **25. Como proceder se, após a licitação, forem constatados preços unitários injustificadamente elevados no contrato?**

#### **26. Sobrepreço e Superfaturamento:**

- 26.1. Conceito da Lei 14.133/2021;
- 26.2. Como calcular de acordo com o regime de execução contratual adotado;
- 26.3. Jurisprudência aplicável

#### **27. Alterações contratuais e impactos nos custos:**

- 27.1. Disposições da Lei 14.133/2021 sobre custos nos aditivos contratuais;
- 27.2. Atrasos no cronograma e impactos para a Administração e para o contratado;
- 27.3. Jogo de cronograma e jogo de planilha – no que consiste e forma de evitar;
- 27.4. Método do desconto e da manutenção da vantajosidade em relação à segunda colocada;
- 27.5. Alternativas práticas para garantir a manutenção dos descontos nos aditivos: planilhas possíveis;
- 27.6. Limites de alterações nos serviços continuados de manutenção predial;
- 27.7. Cuidados na inclusão de itens novos nos aditivos contratuais;
- 27.8. A contratada pode se recusar a cumprir as obrigações contratuais, com as alterações quantitativas unilateralmente impostas pela administração pública, até que seja recomposto o equilíbrio econômico-financeiro do contrato?

#### **28. Revisão, Repactuação e Reajuste**

- 28.1. Conceitos, características, hipóteses de aplicação de cada um dos mecanismos de recomposição;
- 28.2. Matriz de riscos e a redução das hipóteses de revisão;
- 28.3. A anualidade das repactuações e reajustes: como aferir;
- 28.4. Efeitos retroativos das repactuações;
- 28.5. Reajustes em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: vedado?
- 28.6. Procedimentos secundários de formalização da repactuação e reajuste: reforço de empenho, garantia;

- 28.7. Orientações recentes sobre a preclusão e a prescrição dos direitos à repactuação e ao reajuste;

### **29. Sanções e rescisão:**

- 29.1. O regime das sanções aplicadas pela Administração Pública;
- 29.2. As sanções da Lei 14.133/2021 e a revisão da teoria da nulidade dos contratos;
- 29.3. Conceituando cada uma das falhas passíveis de sanção de acordo com a Lei 14.133/2021;
- 29.4. Sanções: advertência, multa, impedimento e inidoneidade: condições de aplicação de cada uma;
- 29.5. A responsabilidade pela apuração, notificação, instrução e aplicação das sanções;
- 29.6. Campo de aplicação das sanções, responsabilidade pelos registros dos impedimentos;
- 29.7. A dosimetria e a formalização das sanções;
- 29.8. Contraditório e ampla defesa;
- 29.9. Recursos: prazos, efeitos, autoridade julgadora;
- 29.10. Hipóteses de rescisão: unilateral, amigável, judicial;
- 29.11. A rescisão unilateral: formalização, prazos, contraditório, indenização;
- 29.12. Efeitos da rescisão unilateral para a empresa.

### **30. Gestão e Fiscalização de Contratos de Projetos, Consultoria e Supervisão:**

- 30.1. Como planejar e estimar os custos das contratações de projetos e consultoria;
- 30.2. Critérios de medição e pagamento aplicáveis.

## **CARGA HORÁRIA TOTAL**

24 horas – sendo 20 horas em aulas online ao vivo e 04 horas em materiais complementares.

## **DATAS e HORARIOS**

A combinar

## **PALESTRANTE**

### **THIAGO ANDERSON ZAGATTO**

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Especialista em Auditoria Governamental. Foi diretor da Secretaria de Infraestrutura Urbana (2016-2017) e da Diretoria de Centralização e Padronização de Contratações no TCU (2013-2016). Advogado, formado na UNB (2016) e Engenheiro Civil, graduado pela UEL (2005). Membro da Comissão Própria de Avaliação de Pós-Graduação (CPA) do Instituto Serzedello Corrêa ISC/TCU. Membro do Conselho Editorial da Revista Forense. Professor da Pós-Graduação em Licitações na Unibrasil. Palestrante em diversos congressos, seminários eventos relacionados à gestão pública.



## INVESTIMENTO

Para UMA turma de até 20 participantes

**R\$ 35.000,00**  
(trinta e cinco mil reais)

### Para o curso Online

- Honorários do(a) palestrante;
- Apostila e material digital;
- Certificados de capacitação e aperfeiçoamento profissional no formato Digital;
- Impostos incidentes sobre a prestação de serviços;
- Recursos de Gravações;
- Curso gravado e disponível na plataforma da JML por até 30 dias;
- Fórum para dirimir dúvidas pelo período de 30 dias.

## DADOS GERAIS DA EMPRESA

**Razão Social:** MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.

**Endereço:** Rua Mandaguaçu, 534 Sobre Loja – Bairro Emiliano Pernetá - 83324-430 - Pinhais PR.

**CNPJ:** 07.777.721/0001-51

**I. E:** 90386836-80

**Telefone** (41) 3595.9999

**Parecer JML** (41) 3595.9997

**Dados Bancários:** Banco do Brasil - Agência 1622-5 - CC 480-4

## VALIDADE DA PROPOSTA

30 (trinta) dias a partir do recebimento desta. Ressaltamos que o valor poderá sofrer alterações após o prazo estipulado.

## PRAZO DE PAGAMENTO

A Nota fiscal será emitida no último dia do curso, e o pagamento deverá ocorrer em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.

Att;

**Fernanda Slominski**

Consultoria – Educação Corporativa / In Company

(41) 3595-9993 / (41) 9 8798-2347

[fernanda.slominski@jmlgrupo.com.br](mailto:fernanda.slominski@jmlgrupo.com.br)





# SOMOS Compliance.

CONHEÇA NOSSO PROGRAMA

## Nossas marcas



PORTAL JML

PORTFÓLIO JML

CÓDIGO DE CONDUTA JML

Mendes e Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.  
CNPJ: 07.777.721/0001-51  
Rua Mandaguaçu, 534 – Sobre Loja – Bairro Emiliano Pernetá  
83324-430 - Pinhais – PR.

Central de Relacionamento JML: **41 3595.9999**  
Orientações JML: **41 3595.9997**  
WhatsApp: **41 9 9622.6851**

    Siga-nos: **JML Grupo**